

04. PSICOLOGIA DA DIFERENÇA: POR UMA ÉTICA DA SINGULARIDADE.

Ondina Pena Pereira¹
Flávia Bascuñán Timm²
Jonas Rodrigo Gonçalves³

RESUMO

O presente artigo apresenta resultados preliminares do projeto “Outras Palavras”, projeto que compreende um longo percurso de pesquisas e intervenções com populações em situação de vulnerabilidade. Nesse contato, buscamos desenvolver métodos diferenciados de atendimento psicossocial, apoiando-nos em um universo teórico pouco explorado na área de psicologia, que para nós dá origem ao que chamamos de Psicologia da Diferença. Os dados que obtivemos nas pesquisas e intervenções realizadas até o momento podem, se analisados com as ferramentas teóricas levantadas, revelar formas mais eficazes de enfrentamento às situações diversas (e adversas) que se apresentam nos termos da relação entre subjetividade e alteridade, especialmente nos contextos de classe, raça, etnia e gênero. O objetivo agora é o de apresentar, em maior nível de profundidade teórico-prática, algumas teorias que dão corpo à Psicologia da Diferença. Com base nesse arcabouço da Psicologia da Diferença, pretendemos colocar à disposição dos profissionais de Psicologia, elementos que os auxiliarão na construção de novos métodos que coloquem em perspectiva a diversidade e a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: PSICOLOGIA DA DIFERENÇA. VULNERABILIDADE. ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL. EMANCIPAÇÃO.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1984), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991), doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e pós-doutorado em Psicologia Social na **Université du Québec à Montreal** (2013). Possui mais de 25 artigos completos publicados em periódicos, 50 artigos publicados em anais de eventos, 30 comunicações orais em diferentes eventos, realizou 29 pareceres, orientou 30 dissertações de mestrado, orientou 4 teses de doutorado, 60 orientações de Trabalho Final de Curso e de Iniciação Científica. Tem atuação no campo da pós-graduação há mais de 18 anos. Pesquisa a área de saúde e sua relação com as ciências humanas e a filosofia; a psicanálise e suas relações com a sociedade; epistemologias em psicologia; a psicologia e a interculturalidade; teorias de gênero e feminismo; imagens técnicas e teoria do simulacro; clínica política. Tem livros e artigos publicados na área de Filosofia, Psicanálise, Psicologia Social e Política e Gênero. Lidera grupos de pesquisa em Psicologia e Filosofia, atua com consultora de Revistas Científicas, tem experiência com projetos de pesquisa e extensão universitária na área de Psicologia. Coordenadora do projeto Outras Palavras.

² Pesquisadora, psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia pela UCB. Auxilia, no projeto Outras Palavras, na articulação com a construção e acompanhamento do grupo de pesquisa, articulação com o campo de pesquisa, supervisão dos atendimentos psicossociais e produção teórico-metodológica.

³ Doutorando em Psicologia pela UCB. Mestre em Ciência Política (Políticas Públicas, Direitos Humanos e Cidadania). Licenciado em Filosofia e Letras. Habilitado em Sociologia, História, Psicologia e Ensino Religioso. Especialista em: Letras (Linguística: Revisão de Texto); Didática do Ensino Superior em EAD; Formação em EAD; Docência do Ensino Superior; Gestão do Agronegócio. Professor universitário. Escritor, autor/coautor de 61 livros. Revisor.

ABSTRACT

This article presents preliminary results of the project "Other Words", a project that includes a long research and intervention with vulnerable populations. In this contact, we seek to develop differentiated methods of psychosocial care, supporting us in a theoretical universe little explored in the area of psychology, which for us gives rise to what we call Psychology of Difference. The data we have obtained in the researches and interventions carried out so far can, if analyzed with the theoretical tools, reveal more effective ways of coping with diverse (and adverse) situations that arise in terms of the relation between subjectivity and otherness, especially in contexts class, race, ethnicity and gender. The objective now is to present, in a higher level of theoretical and practical depth, some theories that give shape to the Psychology of Difference. . Based on this framework of Psychology of Difference, we intend to make available to Psychology professionals, elements that will help them in the construction of new methods that put diversity and citizenship in perspective.

KEYWORDS: PSYCHOLOGY OF THE DIFFERENCE. VULNERABILITY. PSYCHOSOCIAL ATTENDANCE. EMANCIPATION.

INTRODUÇÃO

Pretendemos, com o presente artigo, apresentar resultados preliminares do projeto "Outras Palavras", que preconiza pesquisas e intervenções com populações em situação de vulnerabilidade. Paralelamente ao aprofundamento teórico-prático da Psicologia da Diferença, universo pouco explorado na área de psicologia, visamos desenvolver e estimular o desenvolvimento de métodos diferenciados de atendimento psicossocial. Isso se justifica na medida em que as inúmeras pesquisas e intervenções realizadas anteriormente por nós, assim como as ferramentas teórico-práticas até aqui delineadas, podem auxiliar a desenvolver formas mais eficazes de enfrentamento às situações de violência e de violação de direitos que afetam a saúde das pessoas.

Em nossas análises, compreendemos que os métodos utilizados nos atendimentos psicossociais atualmente não abarcam a complexidade das determinações que atravessam o adoecimento psíquico dos cidadãos contemporâneos, tais como questões socioeconômicas, políticas, religiosas, familiares e comunitárias. O que procuramos é realizar um deslocamento em que

deixamos de focar a clínica e a escuta na esfera da intimidade, para focar a dimensão social dos problemas que acabam por afetar não só materialmente, mas também simbolicamente a vida das pessoas.

Torossian e Rivero (2009) problematizam sobre os sentidos atribuídos ao termo vulnerabilidade social, que associa a vulnerabilidade unicamente a fatores socioeconômicos (pobreza e carência), limitando a compreensão do problema apenas às condições materiais. Alertam, no entanto, que o termo exige um olhar dinâmico e contextualizado sócio, histórico e politicamente, capaz de superar a identificação apenas das fragilidades e reconhecer as potencialidades (recursos, habilidades, estratégias individuais e grupais) da população.

As autoras supracitadas alertam que a vulnerabilidade social está relacionada à falta de acesso da população aos serviços de proteção e cuidado e das políticas públicas e de cidadania. O distanciamento das pessoas da vida pública favorece as vulnerabilidades, pois estas se centram na intimidade e na esfera doméstica e/ou privada e perdem contato com o tecido social e a vida pública.

Sennett (1998) demonstra que o investimento moderno está centrado na personalidade e que essa demanda produz ansiedade, tendo em vista a busca, ilusória, de autossatisfação. “O mundo dos sentimentos íntimos perde suas fronteiras; não mais se acha refreado por um mundo público onde as pessoas fazem investimento alternativo e balanceado de si mesmas” (SENNETT, 1998, p.19). O autor demonstra que há uma corrosão do mundo público e uma centralidade no Eu e uma crença nos estados psicológicos como reveladores da personalidade. É nesse jogo entre personalidades que ocorre a troca mercantil das intimidades, diz o autor. As pessoas, nesse cenário, trocam intimidades de acordo com as personalidades que são apresentadas na interação social, mas não conseguem partilhar uma vida coletiva e pública. A comunicação, então, está estruturada na dinâmica narcísica, passando pelo ideal da intimidade e pela expectativa de “satisfação das necessidades do eu”. (SENNETT, 1998).

Sennett (1998) alerta para as desmedidas desse investimento no Eu, por meio da busca nas relações de intimidade, que, ao invés de promover um cuidado de si, de expandir as inter-relações, enfraquecem os laços sociais, fortalecem o narcisismo e despotencializam a ação e a paixão no mundo público. O isolamento na esfera íntima não salva, e, sim, enfraquece a ação política.

A ideologia da intimidade se converte em tirania, diz Ilouz (2011), já que há a

“imposição de um sistema unidimensional de interpretação”. Para a autora, o investimento na intimidade globalizou a interpretação *psi*. Ou seja, toda e qualquer realidade – social, política ou econômica passa a ser vista como códigos ou signos que caem no sistema de significação e/ou interpretação psicológica que exclui outras dimensões da existência, que é a política, a história, a coletividade, entre outros. Seguindo a forma de um certo psicologismo, toda realidade é transformada numa intimidade capaz de ser lida, diagnosticada, classificada e adaptada pelos discursos *psis*. Mas como transformar a ideologia da intimidade numa proposta psicossocial capaz de ouvir as demandas da população sem reduzir todos os afetos à dimensão individual? É com base nessa pergunta que, por meio do projeto “Outras Palavras”, realizamos diferentes pesquisas, nos últimos anos, e que seguimos realizando novas experimentações com o intuito de produzir documentos que auxiliem profissionais psicólogos que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Distrito Federal.

Na esteira da problematização sobre a importância de reconhecer as políticas públicas vigentes, o Conselho Federal de Psicologia enfatiza a importância do(a) psicólogo(a) nesse campo, que deve:

Promover a ampliação e a qualificação da atuação profissional de psicólogos/as que atuam na esfera pública, oferecendo referências para a atuação do profissional nesse campo, identificando oportunidades estratégicas de participação da psicologia nas políticas públicas e promovendo sua interlocução com espaços de formulação, gestão e execução em políticas públicas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p.13).

Torossian e Rivero (2009) retomam as contribuições de Michel Foucault para demonstrar que os discursos da vulnerabilidade se dão no interior do discurso entre as forças constituídas nas relações que determinam o saber e a verdade. Para nós, são essas relações de poder que mantêm o discurso da vulnerabilidade, tais como falta, carência, pobreza e impossibilidade, um conjunto de interpretações que despotencializam o sujeito da ação.

A função crítica em Psicologia consiste na construção de um campo conceitual que reúna algumas teorias e ações psicológicas que resistam aos sistemas hegemônicos de significação e de poder. Tais teorias e ações instalam-se na contracorrente das configurações psicológicas normativas, excludentes e inibidoras da criação de novas significações. Assim sendo, colocam em questão as formas de

pensamento historicamente estabelecidas que usualmente fornecem o modelo de produção da subjetividade humana. Trata-se, pois, de se empenhar no reconhecimento da existência de diferentes formas de viver ocultadas no processo de positivação das significações hegemônicas. Na perspectiva da diferença, as significações ocultadas se revelam como potências criadoras de sentidos emancipadores.

A proposta inicial de atendimento psicossocial consiste na busca da intensificação dos vínculos afetivos e sociais, por meio de reflexões, que levem à suspeição dos significados hegemônicos, já que sustentam valores e crenças institucionalizados que acabam por manter a vulnerabilidade social e, conseqüentemente, o sofrimento psicológico. Compreendemos que os vínculos interacionais envolvem experiências significativas e a proposta metodológica do atendimento consiste em provocar reflexões capazes de conduzir a conhecimentos que dão novos sentidos às vicissitudes da vida cotidiana. A validação da experiência subjetiva das pessoas com foco na sua potência criadora conduz à aprendizagem do manejo de aspectos conscientes e inconscientes da realidade. O objetivo é também o de desenvolver a capacidade de desconstruir mitos e crenças que impedem a emancipação humana. O trabalho psicossocial segue o princípio da realidade, auxiliando as pessoas a enfrentarem contradições, dilemas, ambigüidades e conflitos que acentuam as experiências dolorosas e traumáticas. Processos estes que exigem cuidado, aconselhamento qualificado e uma escuta fundamentada em teorias e métodos contemporâneos, oferecidos pela Psicologia da Diferença.

Os fundamentos epistemológicos da Psicologia da Diferença estão nas contribuições de Spinoza, Foucault e Deleuze.

A proposta ontológica do Spinoza aponta para uma forma afirmativa do ser e de todas as coisas, o que corrobora para a proposta metodológica de apontar as potencialidades dos sujeitos e não suas faltas e carências.

Spinoza nos ensina que é necessário conhecer as relações que são constituídas com os afetos para que mudemos nossa forma de pensar e, conseqüentemente, de agir. As ações discriminatórias não são apenas atos, mas cognições abarrotadas de afetos e valores, articuladas com o social, o político e o econômico que levam à exclusão social.

Denise Jodelet (2011) fala sobre os processos psicossociais da exclusão e afirma que a exclusão:

Se dá nas relações interpessoais ou intergrupais, na forma material ou simbólica, nomeadamente: na segregação, através da dissociação de grupos ou pessoas; na marginalização, colocando o indivíduo à parte do corpo social; e na discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status (p.53).

Tendo como base a ética de Spinoza, a hipótese do presente artigo é a de que as situações de vulnerabilidade, produzidas por situações vinculadas a violações de direitos (sexismo, homofobia, racismo, pobreza, etnocentrismo, *bulliyng*, fundamentalismo religioso, entre outros), não são ações, mas repetições de um modo miserável de existência que acarreta o enfraquecimento da vida pública, logo, produtora de sofrimento e o adoecimento psíquico. Essa forma de vida - desprovida de ação política e social, decorrente de um mundo egocentrado e com exigências cada vez mais individualizantes - está presente em diversos contextos: na escola e na universidade (práticas de *cutting*, suicídios, ansiedade e depressão dos estudantes), no judiciário (crimes), na saúde (adoecimentos em virtude de diferentes violências: estupro, abuso sexual, violência obstétrica, violência de gênero, etc.), na assistência social (atende violações de direitos que afetam os laços familiares e comunitários, e estão relacionados com os casos que também acessam o serviço de saúde), entre outros.

Por essa razão, a noção de diferença é importante para a consolidação de uma intersubjetividade emancipadora, capaz não apenas de tolerar, mas de desejar a diferença. Isso significa a produção de modos de subjetivação que se engajem em linhas de fuga em meio à repetição normatizadora, que afirmem uma atividade criadora, transformadora.

Essa via nos permite apreender os discursos hegemônicos que constroem a liberdade e nos habilita a desmontar o funcionamento do poder de constituição de domínios, de imposição, de interpretação, em que se constroem argumentos para afirmar ou negar verdades. Abre-se, aqui, a possibilidade de esvaziar tais narrativas e construir outras que multipliquem os horizontes, buscando a libertação com relação aos sentidos fixos do discurso hegemônico.

A PSICOLOGIA DA DIFERENÇA E A EXPERIÊNCIA COM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

As experimentações do projeto “Outras Palavras” surgiram no contexto acadêmico de 2014. Inicialmente oferecemos atendimento integral às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, com foco na prevenção, acolhimento e intervenção psicossocial. Ao longo dos anos, estabelecemos parcerias com Hospitais, Delegacia da Mulher, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Ministério Público e organizações não governamentais da região de Taguatinga, Areal, Vicente Pires e Riacho Fundo. Foram também realizadas palestras em diferentes espaços, tais como: escolas, igrejas e outras instituições. Foram ouvidas mais de 100 mulheres em situação de violência doméstica e familiar e homens autores de violência. Atualmente temos parceria com o “Projeto Sim”, vinculado ao Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Católica de Brasília, que atende diferentes vulnerabilidades em situação de conflito com o judiciário.

Essa experiência permitiu reflexões sobre o papel da Psicologia no enfrentamento de diferentes violências, com a consciência de que o sexismo, o racismo, a pobreza, entre outras categorias estão profundamente enraizados em nossa sociedade e organizam as discriminações.

Um dos contextos de vulnerabilidade se refere à violência de gênero. De acordo com os dados da Central 180⁴, foram registrados, no 1º semestre de 2016, 67.962 relatos de violência e 86,64% destes se referem a situações de violência previstas na Lei Maria da Penha⁵, lei 11.340/2006. O relatório sinaliza, ainda, “que 78,72% das vítimas de violência doméstica possuem filhos/as e que 82,86% desses(as) filhos(as) presenciaram ou sofreram violência.”

O Mapa da Violência (WASELFSZ, 2015), em edição especial sobre a violência de gênero, reuniu diferentes dados de homicídios contra mulheres, sobretudo na área da saúde, e identificou que **4.762 mulheres foram assassinadas**

⁴ Central de Atendimento à Mulher. Trata-se de um telefone de serviço utilidade pública, gratuito, confidencial, criado em 2005. O serviço era oferecido, até 2016, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania. A Central recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário.

⁵ Do total de atendimentos do 1º semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência. Dentre os relatos, **51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas.**

em 2013 no Brasil; destes assassinatos “50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% desses casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex”. Conforme o mesmo documento, pode-se inferir que ocorrem **13 homicídios femininos diários**. De 1980 a 2013, 106.093 mulheres brasileiras foram assassinadas. O documento, embora não objetive alcançar um diagnóstico preciso da realidade brasileira, evidencia um grave problema social: o da **letalidade intencional violenta por condição de sexo**.

Para a socióloga Lourdes Bandeira, o crime contra mulheres por razões de gênero enquadra-se no feminicídio e este, segundo a autora:

representa a última etapa de um *continuum* de violência que leva à morte. Seu caráter violento evidencia a predominância de relações de gênero hierárquicas e desiguais. Precedido por outros eventos, tais como abusos físicos e psicológicos, que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina e a um padrão cultural de subordinação que foi aprendido ao longo de gerações. (BANDEIRA, s/n, apud <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/femicidio/>).

A articulação desse debate nos leva às contribuições de Segato (2003) sobre a **naturalização do ato violento** que, genericamente, segue a mesma produção linguística, assentado nos saberes também binários, entre a figura do legislador e do legislado, que naturalizam a violência.

De acordo com Segato (2003), os corpos das mulheres vitimadas não são apenas matérias sexualmente definidas para marcar o poder masculino, mas também corpos considerados abjetos no contexto da matriz hegemônica, tal como teorizada por Butler (2003). Essa violência tem como objetivo dar movimento à virilidade ameaçada pelo discurso da diferença. O ato violento, a agressão do parceiro íntimo, evidencia que por trás do corpo da mulher não existe sujeito, já que este está submetido à abjeção permanente, servindo como mensageiro de uma ordem de competitividade e conquista entre os homens.

As análises teóricas iniciais e os dados apresentados apontam não apenas para a força com que o sexismo aparece nas relações íntimas – com importante implicação social, uma vez que situações abusivas e violentas afetam o trabalho, a formação intelectual (escola), a família e a saúde daqueles que a vivenciam – mas também para a naturalização da violência no meio social, que não raro se expressa nas escolas, na vizinhança e, de forma mais clara, nas delegacias, no judiciário e nos sistemas de urgência em saúde, nos centros de referência de assistência social, evidenciando-o como um grave problema social e político.

O projeto *Outras Palavras* foi gestado e caminha ainda na esteira dessa experiência teórico-prática. A partir das experimentações do projeto e das bases teóricas nas quais ele se apoia, tornou-se urgente questionar o papel da Psicologia no enfrentamento às violências e às vulnerabilidades. Além desse papel, à Psicologia cabe também se perguntar sobre formas de contribuir com a produção de novos processos de subjetivação, desvencilhados de velhos modelos patriarcais, racistas e homofóbicos.

É importante destacar que a perspectiva de gênero está descrita na Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Outros dois objetivos da Agenda 2030 compõem a proposta: 1) Redução das Desigualdades; 2) Paz, Justiça e Instituições Eficazes. O primeiro deles tem como objetivo “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, e o segundo “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

SPINOZA E DELEUZE: POR UMA PSICOLOGIA DA DIFERENÇA

Spinoza nos ensina a cultivar a força, a potência da alegria, se quisermos nos libertar de tudo aquilo que nos tiraniza, especialmente as ideias equivocadas, fabricadas com nossa imaginação e não com a nossa capacidade racional. Sua tese do paralelismo pensamento-corpo (SPINOZA, 1677/2008, pp.167-171) afirma que não há qualquer relação de causalidade entre o pensamento e o corpo, não havendo, portanto, nenhuma eminência de um sobre o outro. O que é ação na alma é também necessariamente ação no corpo e o que é paixão no corpo é necessariamente paixão na alma.

Trata-se de dois universos – o do pensamento e do corpo – como expressões de uma mesma realidade. Tais expressões resultam dos encontros entre ideias, dos encontros entre corpos. É importante que, nesses encontros, os corpos convenham um ao outro, as ideias convenham uma a outra. É essa a condição para que se componham entre si e formem um todo mais potente. Caso não se convenham - uma ideia a outra ideia, um corpo a outro corpo – o resultado é a decomposição, isto é, sua redução à impotência (SPINOZA, 1677/2008, p. 177-259).

A noção de potência condiz com sua concepção de desejo como positividade, que se define em sentido contrário à tradição platônica, seguida pela psicanálise, que entende o desejo como baseado na falta. Spinoza define o desejo como “o apetite com consciência de si mesmo” (SPINOZA, 1677/2008, p.177), sendo que a consciência do desejo não acrescenta nada ao apetite. O desejo não nasce por julgarmos uma coisa boa e, então, tendermos para ela. Ao contrário, é o fato de tendermos para ela, isto é, de já a desejarmos, que a torna boa (SPINOZA, 1677/2008, p.177).

Essa inversão elucida a noção do desejo: sendo o apetite o esforço (*conatus*) pelo qual cada coisa persevera no seu ser, esse esforço determina-se pelas afecções que nos vêm dos objetos, o que causa a consciência do *conatus*. A consciência, nesse sentido, é o sentimento da passagem de uma perfeição maior (alegria) a uma menor (tristeza), ou o inverso, dependendo da forma pela qual somos afetados pelos objetos encontrados. Aqueles que nos convêm, levam-nos a uma potência superior, os que não nos convêm comprometem nossa coesão e nos subdividem, levando-nos à impotência (SPINOZA, 1677/2008, p.181).

A riqueza dessa inversão é que ela possibilita a constituição de um novo campo teórico (multidisciplinar) para os estudos sobre o psiquismo e sobre as experiências concretas de intervenção psicológica. Por exemplo, para esse campo teórico, a esquizofrenia, antes de ser um transtorno mental, isto é, antes de cair em um buraco negro, está inscrita em um processo molecular ou em uma linha de fuga que poderia constituir uma diferença, em meio à repetição normatizadora edipiana (DELEUZE, 1966).

Em uma interlocução com as teorias de gênero, as mulheres cultivam, na oposição binária masculino/feminino (que concede ao masculino o lugar privilegiado da subjetividade e da produção), outra forma do feminino que obriga ao esforço de pensar uma lógica/gramática para escapar dos lugares marcados pela matriz binária (IRIGARAY, 1974) e a transexualidade torna visível o processo de produção dos gêneros, permitindo desnaturalizar a oposição binária e liberar a produção performática de diversos gêneros (BUTLER, 2003).

O que temos nessa inversão é a dimensão política do conhecimento e sua exigência de transformação epistemológica que supere os limites da representação, alargando, assim, os contornos da razão. Esta última, nos termos de Spinoza, deveria ser reavaliada e combinada com a afetividade.

Entendemos que essas críticas aos limites da representação constituem argumentos que tornam evidente a necessidade de nos instrumentalizarmos com práticas terapêuticas, práticas de escuta, que localizem nas diversas narrativas de violência o núcleo que encerra a repetição e impossibilita a diferença, isto é, as “outras palavras”. Nos termos da Ética de Spinoza, tais críticas indicariam a baixa intensidade dos encontros entre ideias e dos encontros entre corpos no que concerne a nossa capacidade de transformação do nosso mundo. Uma clínica eficaz deve motivar a busca por encontros mais adequados, isto é, potencializadores e produtores de novas formas de existir.

Como seria a clínica fora do paradigma da representação, isto é, que retirasse o foco da repetição da norma e o colocasse sobre a diferença? Seria necessária uma clínica que recebesse o que as pessoas produzem ou sinalizam a partir de fora do já instituído, como algo novo, no sentido da diferença deleuziana (DELEUZE, 1988, p. 46-47): em nossas repetições mecânicas, estereotipadas, podemos extrair pequenas modificações e é nessas que é possível perceber o perpétuo deslocamento de uma diferença. Produzem-se aí desvios e mobilizam-se possibilidades de sujeitos que excedem e expandem os limites da inteligibilidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, com o presente artigo, apresentar resultados preliminares do projeto “Outras Palavras”, que tem realizado pesquisas e intervenções com populações em situação de vulnerabilidade. Paralelamente ao aprofundamento teórico-prático da Psicologia da Diferença, universo pouco explorado na área de psicologia, visamos estimular o desenvolvimento de métodos diferenciados de atendimento psicossocial.

Isso se justifica na medida em que as inúmeras pesquisas e intervenções realizadas até o momento, assim como as ferramentas teórico-práticas já delineadas, podem ganhar fecundidade por meio de novas incursões no campo da política social e de saúde, permitindo desenvolver formas mais eficazes de enfrentamento às situações de violência e de violação de direitos que afetam a saúde das pessoas.

A hipótese foi a de que os métodos utilizados nos atendimentos psicossociais atualmente não abarcam a complexidade das determinações que atravessam o adoecimento psíquico dos cidadãos contemporâneos, tais como questões

socioeconômicas, políticas, religiosas, familiares e comunitárias. Procuramos realizar análises que saiam da perspectiva da intimidade, para focar a dimensão social dos problemas que acabam por afetar não só materialmente, mas também simbolicamente a vida das pessoas.

As autoras do projeto “Outras Palavras”, Ondina Pena Pereira e Flávia Bascuñán Timm, alertaram que a vulnerabilidade social está relacionada à falta de acesso da população aos serviços de proteção e cuidado e das políticas públicas e de cidadania. O distanciamento das pessoas da vida pública favorece as vulnerabilidades, pois estas se centram na intimidade e na esfera doméstica e/ou privada e perdem contato com o tecido social e a vida pública.

“Como desconstruir a ideologia da intimidade e investir em uma proposta psicossocial capaz de ouvir as demandas da população sem reduzir todos os afetos à dimensão individual?” É com base nessa pergunta que, por meio do projeto “Outras Palavras”, temos realizado diferentes pesquisas, nos últimos anos, e, ao mesmo tempo que seguimos realizando novas experimentações, buscamos divulgar os conhecimentos já constituídos, ainda que não sejam ainda definitivos, com o objetivo de estimular o debate e a produção de novos métodos.

Vimos que os discursos da vulnerabilidade surgem no interior do discurso entre as forças constituídas nas relações determinantes da verdade e do saber. Entendemos, então, que essas relações de poder mantêm o discurso da vulnerabilidade, tais como falta, carência, pobreza e impossibilidade, um conjunto de interpretações que despotencializam o sujeito da ação.

Entendemos que a função crítica em Psicologia consiste em construir um campo conceitual capaz de reunir algumas teorias e ações psicológicas as quais resistam aos sistemas hegemônicos de significação e de poder. Essas teorias e ações se instalam na contracorrente das configurações psicológicas normativas, excludentes e inibidoras da criação de novas significações. Nesse sentido, colocam em questão as formas de pensamento historicamente estabelecidas que usualmente fornecem o modelo de produção da subjetividade humana. Trata-se, pois, de se empenhar no reconhecimento da existência de diferentes formas de viver ocultadas no processo de positivação das significações hegemônicas. Na perspectiva da diferença, as significações ocultadas se revelam como potências criadoras de sentidos emancipadores.

A validação da experiência subjetiva das pessoas focada na sua potência

criadora conduz à aprendizagem do manejo de aspectos conscientes e inconscientes da realidade psicossocial. Objetiva-se, também, o desenvolvimento da capacidade de desconstruir mitos e crenças os quais impedem a emancipação humana.

O trabalho psicossocial segue o princípio da realidade, auxiliando as pessoas a enfrentarem contradições, dilemas, ambiguidades e conflitos que acentuam as experiências dolorosas e traumáticas. Tais processos exigem cuidado, aconselhamento qualificado e uma escuta fundamentada em teorias e métodos contemporâneos, oferecidos pela Psicologia da Diferença, cujos fundamentos epistemológicos, conforme se observou neste artigo, estão nas contribuições de Spinoza, Foucault e Deleuze.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA . **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(as) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. Brasília: CFP, 2013.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-Édipo (Capitalismo e Esquizofrenia)**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1966.

DELEUZE, G. & PARNET. **C. Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2013.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUINSBURG, J.; CUNHA, N; ROMANO, R. (orgs.). **Spinoza Obra Completa I: (Breve) Tratado e Outros Escritos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

JODELET, D. Os processo psicossociais da exclusão. In : SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MIRON, A.X. & GUARESCHI, N.M.F. Compromisso Social da Psicologia e o Sistema

Único de Assistência Social: possíveis articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Abr./Jun., 2017, v. 37, n.2, 349-362.

SPINOZA, B. de. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SEGATO, R. L. **Las estructuras elementares de la violència**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SPINOZA, B. de. **Ética**. [Tradução notas de Tomaz Tadeu]. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1677/2008.

TOROSSIAN, S.D & RIVERO, N.E. Políticas Públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L.R & GUARESHI, N. **Políticas Públicas e Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, 2009.